

Conlutas: uma nova alternativa para a reorganização da classe trabalhadora?

Relação entre ANDES-SN e Coordenação Nacional de Lutas está em pauta. Este será um dos principais debates do próximo Congresso do ANDES-SN, em 2007.

Leia nas páginas 4 a 6

ADUR-RJ participa do 1º Encontro do Coletivo Jurídico do Sindicato Nacional.

Leia na página 7

ANDES-SN discutiu Educação a Distância. ADUR-RJ enviou representante.

Leia na página 8



Foto do I Congresso Nacional dos Trabalhadores, realizado em maio deste ano, em São Paulo. Na ocasião, aprovou-se a formalização da Conlutas como entidade.

Feliz Natal e Próspero Ano Novo



*O Ano Novo ainda não tem pecado:
É tão criança...
Vamos embalá-lo...*

*Vamos todos cantar juntos em seu berço, de mãos dadas,
A canção da eterna esperança*

Mário Quintana

*Desejamos a todos os amigos da ADUR-RJ um
Natal repleto de alegria e fraternidade, e um novo
ano de união, paz e realizações.*

*A sede da ADUR-RJ estará fechada no período de
21/12/06 a 05/01/07, para a realização de reformas*

*Convidamos
todos os
associados para
um café-da-
manhã na
ADUR-RJ, no dia
13 de dezembro
(quarta-feira), às
9h, para nossa
Confraternização
de Natal.
Compareça!*

Endurecer a luta para garantir vitórias¹

Em sua reunião, realizada nos dias 12, 13, 14 e 15 de novembro, a diretoria do ANDES-SN analisou o momento político e fez um balanço da implementação do plano de lutas do sindicato, buscando fazer os ajustes necessários para potencializar a ação do sindicato no período que se segue até a realização do 26º Congresso (Campina Grande, Paraíba, de 27 de fevereiro a 4 de março), quando, a partir da mais ampla discussão na base, os delegados definirão o novo plano de lutas.

Os desafios postos pela conjuntura ao Movimento Docente estão sintetizados no tema do 26º Congresso: *Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo.*

Nu contexto pós-eleitoral em que Lula se reelege para um segundo mandato, este texto apresenta-se como uma atualização sintética das análises de conjuntura realizadas pelas instâncias do ANDES-SN.

Nele, são destacados elementos que a diretoria considera relevantes nos desdobramentos da ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, com ênfase na situação brasileira, pontuando alguns aspectos desse processo que, se confirmados, sinalizam para o aprofundamento do ataque à classe trabalhadora e para a necessidade de fortalecimento da nossa organização e radicalização das formas de enfrentamento.

Conjuntura Internacional: EUA, México e Oriente Médio

No cenário internacional mais recente, destaca-se a vitória dos democratas e a derrota do partido republicano nos Estados Unidos. Mais uma vez o povo americano reage à perda de vidas entre seus jovens que partiram a serviço das guerras imperiais e protesta contra os gastos astronômicos expendidos com a manutenção das tropas norte-americanas no Iraque, que já atingem

a cifra de dois trilhões de dólares em toda a guerra. A derrota de Bush, contudo, ainda não determinou mudanças na ofensiva imperialista, evidenciada, recentemente, com o início da construção do muro separando os EUA do México e no apoio às últimas investidas de Israel contra o povo palestino.

Em resposta a isso, constata-se a continuidade de ações de resistência como a luta do povo iraquiano contra a presença das tropas norte-americanas no país, a derrota eleitoral das forças políticas iraquianas apoiadas pela Casa Branca, bem como a obstinada luta do povo palestino em defesa de seu território.

Mais próximo de nós, continua a insurreição popular em Oaxaca, México, a partir de longa greve de professores, mesmo depois da ação truculenta das tropas militares e paramilitares que deixou como saldo várias mortes de civis. Esse movimento ocorre no caudal dos protestos de massa contra as fraudes nas eleições presidenciais e com o governo central tendo grandes dificuldades no restabelecimento da ordem em todo o país.

A tendência, na economia estadunidense, é de crise, com indícios de recessão, o que já promove elevações na taxa de juros tanto nos Estados Unidos como em outros países desenvolvidos, com risco de levar a uma retração de investimentos em outras economias, como a brasileira, podendo influenciar no direcionamento das políticas e das ações dos diferentes governos.

Conjuntura brasileira

No Brasil, as eleições realizaram-se no momento em que o país ostenta as menores taxas de crescimento econômico entre os chamados emergentes, o que levou o tema da retomada do crescimento a ganhar centralidade nos debates, principalmente no segundo turno.

O primeiro mandato de Lula aprofundou a inserção subordinada do país no mercado mundial, ao mesmo tempo em que aprofundou a vulnerabilidade da economia nacional em relação aos movimentos das economias centrais.

Até mesmo os resultados positivos e crescentes da balança comercial verificados no período Lula², deram-se sem crescimento de toda a economia e podem ser revertidos no próximo período caso permaneça a tendência recessiva principalmente nos EUA.

Os temas principais que revelam a vulnerabilidade da economia brasileira foram secundarizados no debate eleitoral.

Já no segundo turno, as soluções apontadas para a superação da baixa capacidade de investimento do governo foram exclusivamente voltadas para cortes de despesas. O endividamento e as metas de superávit primário estiveram entre os temas tabus.

Passadas as eleições, o debate em relação às definições das políticas do próximo governo tomou a aparência de uma disputa entre monetaristas e desenvolvimentistas. Lula logo chamou a atenção de seus companheiros afirmando-lhes que não mexerá na política econômica.

O fato é que a retomada do crescimento econômico, se houver, terá custos, e as fórmulas apresentadas apontam que estes serão pagos pelos trabalhadores e não pelo capital.

Os incrementos de competitividade das empresas devem se dar com a flexibilização e a perda de direitos, enquanto a capacidade de investimento estatal em infra-estrutura depende de cortes nas despesas correntes. Aponta-se um cenário de aprofundamento do modelo neoliberal, com duríssimos ataques aos direitos dos trabalhadores e ampliação do caráter autoritário e antidemocrático do governo, demonstrado, sobretudo, pelas investidas contra os movimentos sociais



Fonte: Ricardo Borges (ANDES-SN)

e organizações sindicais que se colocam em oposição às fórmulas neoliberais.

Ainda que seja necessário aprofundar a análise sobre o processo eleitoral e seus resultados, é importante demarcar que o segundo turno, não esperado pelo governo, se concretizou, sobretudo em razão dos escândalos de corrupção envolvendo o governo e o partido do presidente.

Outro fato foi a candidatura de Heloisa Helena, que, mesmo não conseguindo apresentar-se como uma alternativa efetiva à sociedade, contribuiu para que houvesse o segundo turno, catalizando um percentual de votos que potencialmente poderiam ser de Lula.

Diferentemente de outros momentos no passado, os sucessivos escândalos de corrupção não foram respondidos com mobilizações sociais significativas, até porque muitos dos movimentos sociais e das entidades que outrora encabeçavam as manifestações de massa em situações semelhantes tentaram coibir as ações que questionassem governo.

¹ Mas sem perder a ternura jamais. Brasília, 15 de novembro de 2006.

² Após o acumulado negativo no período dos dois mandatos de FH (95 a 2002), a balança comercial registrou saldos positivos e crescentes, em milhões de dólares: 2003, 1.155; 2004, 1.582; 2005, 2.187 e, em 2006, 2844. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Além disso, o governo teve a habilidade de transferir o debate da corrupção para um plano abstrato, livrando de culpa o PT, que assim conseguiu ainda eleger um número razoável de parlamentares e aumentar o número de governadores.

De outra parte, evidenciou-se o peso das políticas compensatórias focalizadas para as camadas situadas na extrema miséria da sociedade brasileira como moeda de troca eleitoral.

Em que pesem as declarações de campanha de que haverá ampliação dos programas assistenciais no próximo mandato, o que se delinea no orçamento de 2007 é a contenção destes.

Lula, evidentemente, buscará tratar o resultado que obteve no segundo turno como se fosse um referendo às políticas de seu governo.

Para isso, tentará dar continuidade à despolitização que envolveu o processo eleitoral e, nos limites de sua possibilidade, deverá distanciar-se das organizações sociais que o têm apoiado, a começar pelo seu próprio partido na composição do novo governo. Todavia, os votos recebidos por Lula não significaram um total apoio ao seu projeto de governo.

Se, em 2002, a vitória de Lula foi comemorada nas ruas em todo o país por milhares de militantes e populares esperançosos pelas mudanças que deveriam vir, em 2006, as comemorações foram inexpressivas. Diversas organizações apoiaram o primeiro mandato sob a alegação de que o governo estava em disputa e reclamavam mudanças na política econômica. Essas mudanças nunca vieram e todas as direções das organizações sindicais e populares sabem que não virão.

O fator de mobilização principal no segundo turno não foi o apoio às políticas do governo, mas o risco de retrocesso que a candidatura de Alckmin representava no imaginário popular.

As últimas movimentações políticas para composição do novo governo caracterizam uma base de apoio fisiológica com o que há de

mais representativo do campo da direita.

Com a maior bancada na Câmara e no Senado, o PMDB passa a ser o fiel da balança, o que não garante plena tranquilidade a Lula em razão da divisão recorrente daquele partido entre ser ou não parte do governo.

A construção da governabilidade envolve ainda negociações com a oposição. Lula pretende estar na liderança de um grande pacto pela reformas e, para isso, pretende continuar com a cooptação das direções de organizações sindicais e populares. Mas, como apontado, as condições para isso não são as mesmas que existiam para o primeiro mandato. A cooptação lhe exigirá mais empenho na divisão e desorganização da classe trabalhadora e da juventude.

Aos trabalhadores apresenta-se um cenário de aprofundamento do arrocho salarial, de perdas de direitos trabalhistas e sociais e da transferência de boa parte dos serviços públicos para a esfera do privado.

As reformas em curso (universitária, previdenciária, trabalhista, sindical, política) continuarão a ser tratadas na mesma direção do primeiro mandato, talvez, com meios de negociação mais eficazes para conseguir a adesão dos demais partidos na perspectiva de implementá-las.

Resistência

Como em outros países, aqui também a resistência tem se manifestado, sinalizando para a possibilidade de enfrentamento e de conquistas para os trabalhadores.

Exemplos dela são: a mais longa greve já realizada pelos docentes das IFES, as greves dos docentes das estaduais, como a do Ceará, que durou 156 dias, a greve dos bancários impulsionada pela oposição, o movimento de oposição dos petroleiros, as lutas dos movimentos de estudantes pelo passe livre em diversas cidades e pelo boicote ao ENADE, a luta de agricultores e ribeirinhos contra a política agrária e energética do governo, a luta do movimento dos sem teto.

.....
A defesa da universidade pública, autônoma, democrática e de qualidade, socialmente referenciada, com garantia de condições dignas para o exercício do trabalho acadêmico, coloca-se como eixo prioritário da intervenção do movimento docente, articulando a defesa do nosso sindicato e a construção de um novo espaço de aglutinação da classe trabalhadora brasileira.
.....

Os esforços para a unificação de lutas e pela reorganização da classe trabalhadora têm sido grandes e o congresso da Conlutas, em maio deste ano, foi significativo para sua construção como a principal alternativa de organização da classe.

Mesmo entre aqueles setores que apóiam Lula, aparecem contradições. O MST reconhece que não haverá mudanças na política econômica e que os direitos dos trabalhadores estão ameaçados, sugerindo como eixo de luta: "nenhum direito a menos".

A UNE propõe a retomada do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Ainda que algumas organizações possam, neste momento, estar buscando negociar espaços na relação com o novo governo, as possibilidades de ação conjunta começam a amadurecer.

O recente seminário sobre as reformas promovido pela Conlutas apontou para a articulação de um amplo movimento de enfrentamento das reformas que passará pela realização de um encontro, o mais unitário possível, em março de 2007.

O momento é de organização da luta no interior da categoria e juntamente com os demais movimentos para que sejamos capazes de reagir de forma mais radical.

A defesa da universidade pública, autônoma, democrática e de qualidade socialmente referenciada, com garantia de condições dignas para o exercício do trabalho acadêmico, coloca-se como eixo prioritário da intervenção do movimento docente, articulando a defesa do nosso sindicato e a construção de um novo espaço de aglutinação da classe trabalhadora brasileira.

A reforma universitária, se aprovada, trará danos irreparáveis para o ensino superior brasileiro, sobretudo na esfera pública. Significará de uma só vez a

submissão da produção do conhecimento aos interesses privatistas, a impossibilidade de efetivarmos o padrão único de qualidade e o projeto de carreira pelos quais lutamos e uma ameaça a nossa forma de organização.

Em relação a essa reforma são necessários um alerta e uma denúncia. O alerta refere-se ao fato de que no Congresso ela se expressa pelos PL: nºs 7200/2006 (Governo), 4221/2004 (João Matos - PMDB/SC) e o 4212/2004 (Atila Lira - PSDB/PI), que referencia a tramitação desse conjunto, que conta ainda com um PL da deputada Alice Portugal que está baseado na proposta da Fasubra.

A denúncia refere-se ao fato de que a análise do conteúdo dos 3 primeiros projetos revela uma ação articulada dos setores privatistas e sua tramitação segue aceleradamente na Comissão Especial com possibilidade de votação imediata caso o parecer do relator seja aprovado nessa comissão. A educação superior privada pode, ao contrário de uma regulação, conquistar a liberalização geral. Temos, em relação a isso, buscado também aglutinar forças, e foi muito importante a moção aprovada no último encontro da ANPED que defende a retirada do projeto do governo e a suspensão da tramitação dos demais projetos de lei. **Começamos a dar passos na aglutinação de forças para a construção de um amplo movimento em defesa da educação pública.**

O enfrentamento do projeto de reforma universitária assume destaque na atuação do ANDES-SN e insere-se na luta contra o conjunto das demais reformas neoliberais. A defesa de nosso sindicato passa por sua inserção no esforço de reorganização dos trabalhadores.

FONTE: ANDES-SN

Conlutas: uma nova alternativa para a reorganização da classe trabalhadora?

A ADUR-RJ propôs um Seminário, que aconteceria em 23 de novembro, para discutir a relação entre o ANDES-SN e a Conlutas. Não houve quorum suficiente para aprofundar a discussão entre os docentes, embora tenha havido divulgação na Universidade. Poucos professores compareceram ao evento e discutiram sobre o assunto, na sede da Associação Docente.

A realização de um Seminário para debater a relação entre o ANDES-SN e a Conlutas foi um encaminhamento da última reunião do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS), ocorrida em outubro deste ano, em Brasília.

Na ocasião, aprovou-se que as seções sindicais da base do ANDES-SN deveriam discutir sobre a filiação ou não do Sindicato Nacional à Conlutas, já que este será um dos principais debates do próximo Congresso do ANDES-SN, a realizar-se entre 27 de fevereiro e 4 de março de 2007, em Campina Grande (PB).

Nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro, o Sindicato Nacional promoveu o Seminário “A Reorganização da Classe Trabalhadora”, na UnB, para tratar sobre o tema.



Breve histórico da relação entre o ANDES-SN e a Conlutas

O debate sobre a relação ANDES-SN e da Conlutas já data de algum tempo. Essa discussão reflete uma das principais deliberações do 24º Congresso do ANDES-SN, realizado em Curitiba (2005), quando, por 192 votos a favor, 85 votos contrários e 12 abstenções, o Sindicato Nacional dos Docentes aprovou sua desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na época, a relação do ANDES-SN e da CUT foi debatida exaustivamente, quando muitos apontavam que a Central havia abandonado o movimento docente e sido cooptada pelo governo. Durante a Reforma da Previdência, em 2003, a CUT não apoiou a greve dos Servidores Públicos Federais e levou adiante as negociações da Campanha Salarial 2004 em separado.

Naquele congresso, os militantes que se posicionaram de forma contrária à desfiliação do Sindicato Nacional da CUT, sinalizavam que a Conlutas é marcada por forte influência partidária, lembrando o desejo da Coordenação em transformar-se em entidade formal – o que foi legitimado em maio deste ano, no 1º CONAT (Congresso Nacional de Trabalhadores), realizado em Sumaré (SP), e organizado pela Coordenação Nacional de Lutas.

Outros entendem que a Coordenação é uma importante alternativa à organização da classe trabalhadora, pois está afinada com as reivindicações da categoria e combate, com veemência, a política neoliberal do governo Lula. Alguns professores lembraram que o ANDES-SN participou da fundação da Conlutas e que atuou, ao longo de 2005, em diversas atividades e manifestações lideradas por essa Coordenação. Uma

delas, inclusive, foi a Marcha a Brasília, em 17 de agosto de 2005, protestando contra a corrupção no governo Lula.

No último Congresso do ANDES-SN (Cuiabá, 2006), os delegados e observadores da base do Sindicato Nacional mais uma vez discutiram a relação entre as entidades. Após o debate, deliberou-se que o Sindicato Nacional não deveria apoiar a transformação da Coordenação em entidade formal, naquele momento, porque julgaram a atitude precipitada. Além disso, a discussão incluía também a participação do ANDES-SN no CONAT, deliberando que os representantes do Sindicato deveriam atuar durante o evento como observadores e não como delegados.

Assim, o ANDES-SN não participou dos debates e dos encontros

preparatórios para o CONAT, pois aguardava a deliberação da base, durante o 25º Congresso, para posicionar-se em relação ao tema.

Vale ressaltar que os delegados da ADUR-RJ no 25º Congresso, conforme deliberação de Assembléia, em fevereiro de 2006, votaram proporcionalmente, tendo em vista as opiniões divergentes apresentadas pela ADUR-RJ, quando necessário deliberar sobre a relação entre o ANDES-SN e a Conlutas.

Durante o 25º Congresso do ANDES-SN, deliberou-se também que as seções sindicais deveriam aprofundar, durante 2006, a discussão sobre a relação do Sindicato com a Conlutas, pois durante o 26º Congresso, que acontecerá nos primeiros meses de 2007, será deliberada sobre a filiação ou não do ANDES-SN à Coordenação.

A estreita relação entre o ANDES-SN e a Conlutas

Que o governo Luiz Inácio Lula da Silva selou um pacto com os interesses do capital privado não é mais novidade. Passado o período eleitoral, que reelegeu o atual presidente, pode-se afirmar que Lula e sua equipe ministerial consolidarão todas as medidas neoliberais já indicadas na última gestão, ainda que travestidas em “políticas sociais”.

Nos últimos anos, as organizações de trabalhadores têm sido as mais atingidas pelo programa “reformista” do governo, que conta com o auxílio – outrora velado e hoje explícito – da Central Única dos Trabalhadores e da União Nacional dos Estudantes.

Lembremos, novamente, que a CUT tem se posicionado a favor da reforma da previdência e das reformas trabalhista e sindical. O atual ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores – prova mais do que evidente da clara conexão entre a Central e o governo Lula.

Do mesmo lado que a CUT, a direção majoritária da UNE

conseguiu esfacelar a entidade, dividindo o movimento discente. Hoje, a UNE apóia a reforma universitária.

Esta última já se manifesta por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), da Parceria Público-Privada, do SINAES, da Lei de Inovação Tecnológica e pela adoção do ensino a distância de forma indiscriminada – medidas responsáveis pela gradual privatização do espaço público. A Reforma da Educação Superior já foi Encaminhada ao Congresso como o Projeto de Lei nº 7200, que ameaça a autonomia universitária.

Com os posicionamentos pró-governo assumidos pela CUT e pela UNE, novos movimentos sociais organizados têm chegado à cena política brasileira, nos últimos anos.

O destaque, neste momento, é para a Coordenação Nacional de Lutas, que, desde 2004, tem se colocado como uma organização aglutinadora de todos os setores sociais, que entendem a necessidade de uma alternativa à política neoliberal do governo Lula.

O ANDES-SN participou da criação da Conlutas, que nasceu da indignação dos movimentos sociais com a conjuntura política brasileira.

A Coordenação Nacional de Lutas tem como intuito somar forças no combate às reformas da educação superior, trabalhista e sindical.

O Sindicato Nacional tem entendido a importância do debate sobre a reorganização da classe trabalhadora, e promovido discussões sobre o assunto.

Como deliberação do 51º CONAD (Juiz de Fora), o ANDES-SN se comprometeu em continuar defendendo “intransigentemente, junto aos movimentos sociais e populares, os princípios da autonomia e da independência diante do governo, dos partidos políticos e das classes dominantes”.

A partir do último CONAD, o ANDES-SN também aprovou que todas as entidades deveriam ser conclamadas para formalizarem o rompimento com o governo Lula, atuando na efetiva reconstrução da unidade da classe trabalhadora. Naquele evento, houve o entendimento

Foto: Aline Pereira



Acima, foto do último CONAD, realizado em Juiz de Fora, quando também discutiu-se a relação entre o ANDES-SN e a CONLUTAS.

de que a Conlutas é a principal alternativa em cena, para aglutinar os movimentos sociais e os trabalhadores, que deve apoiar-se em pilares como os da democracia e da autonomia política.

Na ocasião, foi deliberado que as seções sindicais aprofundassem o debate sobre a possibilidade de filiação ou não do ANDES-SN à Conlutas – o que dará a tônica do próximo Congresso do Sindicato Nacional, em 2007. A intenção foi debater o assunto em âmbito regional, primeiramente, para depois, durante o Congresso, ampliá-lo nacionalmente.



Sobre a origem da Conlutas

A Conlutas, composta por entidades sindicais, organizações populares, movimentos sociais, nasceu em 2004, no Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em Luziânia (GO).

Surgiu com o objetivo de organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FML.

A Coordenação Nacional de Lutas tem buscado construir-se como uma alternativa, perante o entendimento de que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem apoiado as propostas do governo Lula, distanciando-se da luta da categoria.

Nos últimos anos, discutiu-se sobre a natureza desta Coordenação, culminando com o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT), ocorrido em Sumaré (SP), em maio deste ano. O Prof. Frederico Falcão foi enviado ao evento como observador, representando a ADUR-RJ.

Por deliberação do CONAT, a Conlutas alçou ao posto de nova entidade, derrotando a proposta daqueles que achavam que ainda não era a hora de legitimá-la como entidade formal.

Aprovada a formalização da Conlutas, a discussão centrou-se sobre o caráter e a direção da Coordenação Nacional de Lutas, que, conforme deliberado, incorporará movimentos sociais, setores não-organizados da classe trabalhadora, e entidades do movimento estudantil. Quanto à Diretoria, a Conlutas será gerida com a participação de um representante de cada entidade que a compõe.

Entidades nacionais que participam da Conlutas

Federação Nacional do Fisco Estadual (FENAFISCO)

Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (FENAFISP)

Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (SINDLEGIS)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO)

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES)

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE)

Com informações do site da Conlutas

Organizar a luta contra as reformas neoliberais

No período de 23 a 25 de outubro, o ANDES-SN participou do Seminário “Organizar a luta contra as reformas neoliberais”, em São Paulo. Representantes de outras seções sindicais do ANDES-SN também participaram do evento. O Prof. Frederico José Falcão compareceu ao seminário pela ADUR-RJ.

De acordo com os organizadores, cerca de 150 entidades sindicais e de movimentos sociais e populares estiveram representadas neste seminário, que contou com, aproximadamente, 450 pessoas.

Durante os três dias, debateram-se temas como educação, a reforma da Previdência, a legislação trabalhista, as reformas Sindical e Trabalhista, além das reformas tributária e administrativa.

As mesas foram compostas por entidades que estão empenhadas na luta contra as reformas. De acordo com o Prof. Frederico Falcão, o ANDES-SN fez-se representar pelo seu Presidente, Prof. Paulo Rizzo, que explanou sobre os perigos da reforma universitária para o ensino público superior.

Para o Prof. Frederico Falcão, que representou a ADUR-RJ, o evento foi um sucesso, apesar de ter havido alguns problemas quanto à organização:

“O evento demonstrou, pela ativa participação dos presentes, a crescente preocupação e repulsa de trabalhadores e movimentos sociais com os (des) caminhos do governo Lula da Silva. Há a necessidade da denúncia para a população, e a busca de sua

organização na luta contra as políticas que, dizendo-se em nome dos trabalhadores e dos pobres, só põe água no moinho dos interesses de banqueiros, empresários e organismos internacionais, à serviço do grande capital”, avalia o Prof. Frederico Falcão.

O seminário, que discutiu as reformas neoliberais do governo Lula, foi antecedido pela realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Educação da Conlutas, no qual o ANDES-SN e representantes de outras seções sindicais também participaram como observadores. Estiveram presentes 75 participantes de cerca de 30 entidades representativas dos trabalhadores em educação.

Neste encontro, deliberou-se pela realização de uma Campanha Nacional em Defesa da Educação, pela publicação de um caderno de debates, e pela formação de um Grupo de Trabalho (GT) da Conlutas sobre Educação.

O ANDES-SN, que tem participado ativamente das atividades organizadas pela Conlutas, entende que a Coordenação Nacional de Lutas, por uma deliberação congressual, deve constituir-se a partir da união dos “movimentos sociais dos trabalhadores (do sindical ao da juventude, da questão de gênero à da sexualidade, de trabalhadores com direitos sociais àqueles precarizados, enfim, a diversidade da classe)” e que estes “se articulem para travar as lutas necessárias de emancipação”.

O ANDES-SN, que participou como observador do I CONAT (que legitimou a criação da

Conlutas como uma entidade - veja quadros das páginas 4 e 5) explicitou, na ocasião, conforme decisão da sua base, que achava prematura a formalização desta Coordenação, neste momento. O Sindicato Nacional tem deixado claro que não aprova e não referenda que a Conlutas se transforme em uma “central intersindical”, reafirmando seu apoio à uma Coordenação que se articule com a diversidade da classe trabalhadora.

A Intersindical é um grupo formado por uma dissidência da ANPE (Assembléia Nacional Popular de Esquerda) e que se opôs, no Congresso de Luziânia (2004), à construção da Conlutas.

A Intersindical também defende a “permanência na CUT para lutar contra aquilo que a Central defende e implementa”, encobrendo “sua visão acerca das necessidades da atual conjuntura quanto à reaglutinação da classe”.

O ANDES-SN entende que a Intersindical adota uma metodologia “divisionista e regressiva”, “apresentando-se aos sindicatos com uma representatividade bastante restrita e majoritariamente concentrada no eixo Rio-São Paulo”.

Diante da atual conjuntura e da importância do debate que antecede o próximo Congresso do ANDES-SN, o Sindicato Nacional conclama todas as seções sindicais para o debate sobre os rumos da classe trabalhadora.

Fonte: Com informações do texto “A reorganização da classe trabalhadora: a relação ANDES-SN e CONLUTAS” (circular 332/06)

ANDES-SN define calendário para o 26º Congresso

A Diretoria do ANDES-SN convoca o 26º Congresso do Sindicato Nacional para o período de **27 de fevereiro a 4 de março de 2007**, a realizar-se na cidade de Campina Grande (PB).

O evento será sediado pela ADUFCG Seção Sindical, com o tema central: **Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo.**

As seções sindicais e os sindicalizados que desejarem enviar contribuições ao *Caderno de Textos do 26º Congresso* deverão enviá-las ao ANDES-SN até o dia **17 de janeiro de 2007**, por e-mail.

As contribuições que chegarem à sede do ANDES-SN no período de **18 de janeiro a 15 de fevereiro de 2007** também serão remetidas às seções sindicais, juntamente com as correções e análises de textos, para comporem o *Anexo ao Caderno de Textos do 26º Congresso* a ser publicado no dia **17 de fevereiro de 2007**.

Para outras informações, consulte a página eletrônica do ANDES-SN:

www.andes.org.br

ADUR-RJ participa de 1º Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN

Nos dias 6 e 7 de outubro, representantes de várias seções sindicais do ANDES-SN e assessores jurídicos de diversas associações de docentes compareceram ao 1º Encontro do Coletivo Jurídico do Sindicato Nacional. A ADUR-RJ foi representada pelo Prof. Lenício Gonçalves, 1º Vice-Presidente da Associação, e pelo advogado Marcelo Chalhó.

O encontro jurídico do ANDES-SN não é uma instância deliberativa da entidade e, portanto, os encaminhamentos aprovados devem ser compreendidos como recomendações do Sindicato Nacional. Dentre outros temas, foram discutidos, principalmente, os seguintes assuntos: Reforma Universitária, Substituição Processual, Medida Provisória nº 295/06 e Aposentadoria.

De acordo com o relatório enviado pelo ANDES-SN, o diretor do Sindicato Nacional, Luiz Henrique Schuch, fez uma exposição sobre a Reforma Universitária, já colocada em curso pelo governo Lula da Silva. Como encaminhamento acerca do tema, aprovou-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discussão dos projetos que se referem à Reforma do Ensino Superior.

Já o assessor jurídico do ANDES-SN, Mauro Menezes, apresentou algumas considerações quanto à Substituição Processual Sindical. Esta é uma garantia constitucional de acesso à Justiça, com base na universalidade dos direitos, que

se consolidou no último dia 12 de junho de 2006, tendo sido aprovada com seis votos favoráveis, em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal.

A substituição processual sindical é um antídoto à grande sonegação dos direitos dos trabalhadores. No caso dos docentes, atende aos professores de instituições públicas e privadas, que podem mover ações coletivas.

A coletivização das ações é importante para agilizar a defesa dos direitos trabalhistas dos docentes, assim como protegê-los de possíveis retalições; já que, quando movem ações individuais, estão mais vulneráveis aos interesses da Justiça e à opressão pelo empregador, ficando também muito expostos.

Do mesmo modo, ao mover uma ação individualmente, o professor está depondo contra um direito sindical, que é o de representá-lo. O direito à substituição processual sindical já era garantida pela Constituição, mas havia brechas na lei, para jurisprudências, que permitia outras interpretações controversas sobre o assunto. “É diante desse abuso de poder econômico e da fragilidade do cidadão-trabalhador que, além da sensibilidade judicial, deve entrar em cena o Sindicato, com veículo protetor das individualidades, como eficiente escudo contra as retalições patronais. Quando a ação reparatória de direitos vilipendiados é patrocinada pela entidade sindical, os empregados se

despersonalizam, se conjugam sob a face coletiva do substituto processual, mesmo estando ainda vinculados ao empregador, encontram um meio de defesa da sua integridade jurídica”, disse Menezes.

De acordo com o Prof. Lenício Gonçalves, ações como a de insalubridade (SB-40), que são movidas individualmente, talvez poderão ser reivindicadas coletivamente, a partir da tendência ao alargamento da decisão do STF quanto a substituição processual sindical.

Outros encaminhamentos

Encaminhou-se também que, no próximo encontro do Coletivo Jurídico do Sindicato Nacional, haverá uma análise sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao Recurso Extraordinário nº 210.029. Este último, como expresso na página eletrônica do STF, define o alcance em que se discute o âmbito de incidência do artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal (“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”).

Em relação à Medida Provisória nº 295/06, de 29 de maio de 2006 – que dispõe sobre a reestruturação das carreiras e da remuneração dos docentes do ensino superior e do magistério de 1º e 2º graus – ficou

estabelecido que o Grupo de Trabalho responsável pela discussão do assunto irá retomar a análise e as discussões sobre a MP. Em curto prazo de tempo, este GT deverá apresentar um posicionamento acerca dos problemas advindos desta MP para docentes do ensino superior e do ensino médio e fundamental, já convertida na Lei 11.344/06, publicada no Diário Oficial da União em setembro passado.

Quanto à aposentadoria, os presentes estiveram focados nos debates sobre as regras de transição, a solicitação desta por invalidez, e as novas reformas da previdência. Foi aprovado como encaminhamento que, no próximo encontro do coletivo jurídico do ANDES-SN, sejam discutidas as questões que se referem à assistência médica e à previdência, tendo como pano de fundo a GEAP (fundação que oferece aos servidores públicos federais planos e programas de saúde, assistência social e previdência complementar).

O ANDES-SN também propôs como encaminhamento que se estude a viabilidade de uma ação civil pública para garantir a aplicação da legislação do regime geral de previdência aos servidores públicos, no que tange a contagem especial. Ainda será avaliada a viabilidade de uma ação civil pública para garantir a aposentadoria por invalidez, conforme as regras de transição.

Governo estuda idade mínima de 67 anos para aposentadoria pelo INSS

Hoje, o sistema previdenciário estabelece as idades de 65 anos (homens) e de 60 (mulheres) para a formulação do pedido de aposentadoria por idade. Também está sendo analisada a desvinculação do salário mínimo dos benefícios pagos pela Previdência, com a desculpa de garantir o beneficiamento do setor.

Após reunião com o presidente Lula, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que o governo estuda as polêmicas propostas.

De acordo com *O Dia*, além de eliminar o fator previdenciário (fórmula para o cálculo do benefício segundo idade, valor e tempo de contribuição), dando lugar à idade mínima, e desobrigando a Previdência de garantir que o piso do INSS acompanhe o mínimo assusta aos trabalhadores.

Hoje, para requerer a aposentadoria é preciso ter contribuído por, no mínimo,

12 anos e meio em 2006 (para quem ingressou no Regime Geral da Previdência Social antes de 1991) ou por 15 anos (para quem começou a recolher ao INSS depois disso). A partir de 2011, todos os trabalhadores, sem exceção, deverão ter contribuído por 15 anos para requerer o benefício.

Em relação à aposentadoria por contribuição, atualmente, os homens só podem requerê-la depois de 35 anos de recolhimento ao INSS, enquanto as mulheres devem contribuir por, no mínimo, 30 anos, para obter a aposentadoria – como no benefício por idade, cinco anos menos.

Mantega explicou que todas as propostas estão sendo avaliadas e que as definições sobre Previdência, gastos correntes e salário mínimo, por exemplo, devem ser concluídas até o fim do ano, por ordem do presidente da República. Mas ele não disse quando as medidas serão anunciadas.

Ele evitou revelar quem encaminhou as sugestões de mudanças na Previdência Social. As alterações só podem ser efetuadas mediante Proposta de Emenda Constitucional (PEC), pois alteram a Constituição Federal.

A sinalização do ministro vem um dia após ter sido ventilado pela imprensa, sem desmentido do Planalto, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não faria uma reforma da Previdência para mudar as regras de aposentadoria do funcionalismo ou setor privado.

As mudanças estão sendo cogitadas, no entanto, desde 20 de novembro, quando o próprio Mantega confirmou ter recebido estudo do consultor Vicente Falconi, propondo mudanças na gestão da Previdência, com medidas estruturais para combater a fraude e economizar cerca de R\$ 50 bilhões ao longo de quatro anos.

Fonte: Jornal O DIA, 28.11.06

ANDES-SN discute Educação a Distância

A Professora Celia Regina Otranto – 2ª Vice-Presidente da ADUR-RJ e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Associação – esteve em Brasília, no período de 6 a 8 de outubro, para participar do Seminário de Educação a Distância e da Reunião do GTPE.

Ao regressar dos eventos em que representou a ADUR-RJ, a docente apresentou o relatório que segue abaixo, transcrito na íntegra, e que pode ser localizado na página da Associação de Docentes da UFRRJ na Internet: www.adur-rj.org.br (Para localizar o documento no site, siga os comandos à esquerda da tela: Política Sindical - GTs > Grupos de Trabalho > Política Educacional).

O Seminário intitulado “Educação e Tecnologia: (des)caminhos da Educação Superior a Distância” foi promovido pelo GTPE do ANDES-SN e ADUnB-S.Sind. O objetivo foi o de fundamentar as análises dos integrantes do GTPE a fim de qualificar a intervenção do ANDES-SN no cenário nacional. O presidente do Sindicato, Paulo Rizzo, destacou a importância de não dissociar a Educação a Distância (EAD) das políticas gerais para a Educação Superior.

A professora Rachel Nunes, presidente da ADUnB, questionou, na mesa de abertura, qual seria a verdadeira função do ensino a distância e se ele promove, realmente, a democratização do acesso. Já as indagações do Coordenador do GT de Ciência e Tecnologia, Luis Allan Kunzle, foram no sentido de questionar se havia realmente redução dos custos na EAD; e se a tecnologia não estava sendo vista como uma possibilidade de reinventar a escola de fora dela.

A conferência de abertura foi feita pela Profª. D^{ca} Raquel Goulart Barreto (UFRJ/UERJ), que chamou atenção para a mudança da lógica da educação, com a reificação das tecnologias. Estabeleceu a diferença

entre a EAD como modalidade de ensino e como estratégia política e questionou: É modalidade ou estratégia? Em que plano se deve discutir a EAD? Destacou, ainda: a concepção da educação como serviço e o comércio transfronteiriço da EAD; a falta de investimentos no ensino superior público; e as condições desfavoráveis à apropriação das tecnologias, na perspectiva da emancipação.

Para finalizar, a Profª. Raquel Barreto solicitou que os presentes refletissem a respeito do EAD, sem tomar a inclusão digital pela social e sem baratear o conceito de democratização. Alertou para não deixarmos que a questão da formação saia do centro das nossas atenções.



Seminário promovido pelo GTPE/ANDES-SN e pela ADUnB debate Educação a Distância

No segundo dia, sábado (7/10), na parte da manhã, houve uma mesa sobre o tema “Concepções da EAD”, formada pelos expositores: Gilberto Lacerda dos Santos (UnB) e César Minto (USP). À tarde o debate foi sobre “EAD: políticas a práticas no ensino superior” com a participação dos professores Mirza Seabra (UFG) e Roberto Leher (UFRJ). A última mesa, sobre “Formação Docente e EAD”, teve a participação ativa da Profª. Ceres Tôres (UFPE) e do prof. Luis Allan (C&T-ANDES).

Os temas estudados e debatidos nos dois dias anteriores foram sintetizados pelos presentes no domingo, 8/10, sob a coordenação do GTPE Nacional.

As propostas de encaminhamento incluíram as seguintes reflexões e questionamentos:

· *A EAD deve ser analisada dentro da política educacional, estabelecendo os vínculos com o PROUNI (Programa Universidade para Todos), Lei das PPP's, Inovação Tecnológica, etc.*

· *Qual a razão de se investir em EAD e não no ensino presencial?*

· *De que forma a EAD está articulada com a Ciência e Tecnologia?*

· *Por que a maior parte das propostas de EAD é para a formação de professores?*

· *Quais as conseqüências para o trabalho docente? (postos de trabalho, precarização...)*

Além disso, foi solicitado um aprofundamento a respeito da Universidade Aberta do Brasil.

Tanto o Seminário como a Reunião do GTPE tiveram por objetivo fundamentar a construção de um modelo de EAD defensável pelo Sindicato.

Celia Regina Otranto
Coordenadora do GTPE/ADUR-RJ

Expediente

ADUR INFORMA – Publicação da Associação dos Docentes da UFRRJ
End.: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ) – CEP: 23.851-970
Caixa Postal: 74.537 – Telefax: (21) 2682-1379 – Tel.: (21) 2682-1005 ou (21) 3787-8464
E-mail: adurri@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães.
Redação e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb)
Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada
Tiragem: dois mil exemplares

